

EDUCAÇÃO EM CONTEXTOS SECULARIZADOS: DESAFIOS PARA O DIÁLOGO ENTRE FILOSOFIA E TEOLOGIA

EDUCATION IN SECULARIZED CONTEXTS: CHALLENGES FOR DIALOGUE
BETWEEN PHILOSOPHY AND THEOLOGY

Ciências Humanas • 18/04/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/776385825](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/776385825)

Rodrigo Rios Faria de Oliveira¹

Fábio Rezeck²

RESUMO

Este artigo examina de forma aprofundada os desafios e as possibilidades do diálogo entre filosofia e teologia no campo educacional em sociedades contemporâneas marcadas pela secularização. A secularização é compreendida não apenas como afastamento das instituições religiosas ou diminuição da prática de fé, mas como uma transformação estrutural das condições de crença e uma reorganização das formas de racionalidade que moldam o espaço público. Nesse contexto, argumenta-se que a marginalização do discurso teológico nos ambientes educativos contribui para uma redução significativa do horizonte formativo, frequentemente limitado à racionalidade instrumental e às demandas pragmáticas da sociedade tecnológica. Tal limitação tende a empobrecer a formação integral, restringindo-a a aspectos técnicos e utilitários, em detrimento de dimensões éticas, culturais e espirituais. A partir de um referencial teórico que articula autores clássicos e contemporâneos — como Charles Taylor, Jürgen Habermas, Paul Ricoeur e Alasdair MacIntyre — sustenta-se a hipótese de que a reabilitação de um diálogo crítico entre filosofia e teologia pode enriquecer a compreensão da formação humana, ampliando sua complexidade e profundidade. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa bibliográfica de caráter teórico-analítico, que busca integrar diferentes tradições de pensamento e promover uma abordagem interdisciplinar. Conclui-se que uma perspectiva dialógica, ancorada na pluralidade epistemológica e na abertura ao debate entre racionalidades distintas, é fundamental para enfrentar os desafios educacionais contemporâneos e para promover uma formação integral que vá além da mera capacitação técnica, contribuindo para a construção de sujeitos críticos, reflexivos e capazes de dialogar com a diversidade cultural e espiritual do mundo atual.

Palavras-chave: Educação; Secularização; Filosofia; Teologia; Formação humana.

ABSTRACT

This article provides a comprehensive examination of the challenges and possibilities inherent in fostering dialogue between philosophy and theology within educational contexts shaped by secularization. Secularization is understood not simply as the decline of religious institutions or practices, but as a profound transformation of the conditions of belief and a reorganization of rationalities that structure the contemporary public sphere. Within this framework, the article argues that the marginalization of theological discourse in educational environments contributes to a significant narrowing of the formative horizon, often restricted to instrumental rationality and the pragmatic demands of technological society. Such reduction tends to impoverish the broader human formation, limiting it to technical and utilitarian aspects while neglecting ethical, cultural, and spiritual dimensions. Drawing on both classical and contemporary thinkers — including Charles Taylor, Jürgen Habermas, Paul Ricoeur, and Alasdair MacIntyre — the hypothesis defended is that rehabilitating a critical dialogue between philosophy and theology can enrich the understanding of human formation, expanding its scope and depth. Methodologically, the study is based on bibliographic research of a theoretical-analytical nature, seeking to integrate diverse intellectual traditions and promote interdisciplinary engagement. The conclusion emphasizes that a dialogical approach, grounded in epistemological plurality and openness to different rationalities, is essential to address contemporary educational challenges. Such an approach fosters integral education that transcends mere technical training, contributing to the development of critical, reflective individuals

capable of engaging meaningfully with cultural and spiritual diversity.

Keywords: Education; Secularization; Philosophy; Theology; Human formation.

RESUMEN

Este artículo ofrece un análisis exhaustivo de los desafíos y las posibilidades del diálogo entre filosofía y teología en el ámbito educativo en sociedades contemporáneas caracterizadas por la secularización. La secularización se entiende no solo como el debilitamiento de las instituciones religiosas o la disminución de las prácticas de fe, sino como una transformación profunda de las condiciones de creencia y una reorganización de las formas de racionalidad que configuran la esfera pública actual. En este marco, se sostiene que la marginación del discurso teológico en los espacios educativos contribuye a una reducción significativa del horizonte formativo, frecuentemente limitado a la racionalidad instrumental y a las exigencias pragmáticas de la sociedad tecnológica. Tal reducción empobrece la formación integral, restringiéndola a aspectos técnicos y utilitarios, y dejando de lado dimensiones éticas, culturales y espirituales. A partir de un marco teórico que articula autores clásicos y contemporáneos —como Charles Taylor, Jürgen Habermas, Paul Ricoeur y Alasdair MacIntyre— se defiende la hipótesis de que la rehabilitación de un diálogo crítico entre filosofía y teología puede enriquecer la comprensión de la formación humana, ampliando su alcance y profundidad. Metodológicamente, se trata de una investigación bibliográfica de carácter teórico-analítico, orientada a integrar diversas tradiciones intelectuales y a promover el debate interdisciplinario. Se concluye que un enfoque dialógico, basado en la pluralidad epistemológica y en la apertura a racionalidades distintas, resulta fundamental para

enfrentar los desafíos educativos contemporáneos. Dicho enfoque favorece una educación integral que trascienda la mera capacitación técnica y contribuya a la formación de sujetos críticos, reflexivos y capaces de dialogar con la diversidad cultural y espiritual del mundo actual.

Palabras-clave: Educación; Secularización; Filosofía; Teología; Formación humana.

INTRODUÇÃO

A educação contemporânea encontra-se imersa em um cenário de profundas transformações culturais, sociais e epistemológicas, marcado pelo processo de secularização. Este fenômeno, longe de significar a extinção da religião, deve ser compreendido como a pluralização das condições de crença e a reorganização das formas de racionalidade no espaço público (Taylor, 2007, p. 3). A secularização, nesse sentido, inaugura um horizonte em que a fé deixa de ser evidência compartilhada e passa a constituir uma opção entre outras, implicando novas tensões para a formação humana.

Max Weber (2004, p. 88) descreve esse processo como “desencantamento do mundo”, expressão que sintetiza a substituição das explicações mágico-religiosas por interpretações racionais e científicas. Tal desencantamento, contudo, não elimina a dimensão simbólica da existência, mas desloca o debate para a necessidade de articular racionalidade instrumental e racionalidade comunicativa (Habermas, 2012, p. 34). A educação, nesse contexto, tende a privilegiar competências técnicas e operacionais, frequentemente em detrimento da reflexão sobre o sentido da vida e da formação ética e cidadã (Ball, 2003, p. 45). Essa redução da

formação humana a parâmetros econômicos e produtivos é criticada por autores como Arendt (2005, p. 223), que denuncia a crise da educação como resultado da perda de referenciais de autoridade e tradição, e Nussbaum (2010, p. 23), que alerta para os riscos de uma educação orientada exclusivamente por critérios mercadológicos.

A marginalização do discurso teológico no campo educacional, ao restringir a racionalidade ao âmbito técnico, contribui para o empobrecimento do horizonte formativo. Bento XVI (2009, p. 54) argumenta que a exclusão da dimensão espiritual reduz a racionalidade humana a uma lógica meramente instrumental, incapaz de responder às questões existenciais fundamentais. Nesse sentido, a hipótese que orienta este estudo é a de que o diálogo crítico entre filosofia e teologia pode enriquecer a compreensão da formação humana, ampliando o alcance da educação para além da mera adaptação ao mercado.

Historicamente, filosofia e teologia caminharam juntas na constituição dos fundamentos da educação ocidental. Platão (2000, p. 152) e Aristóteles (1998, p. 87) já concebiam a paideia como processo de integração entre conhecimento, ética e política. Agostinho (1999, p. 87), por sua vez, articulava razão e fé como dimensões complementares da busca pela sabedoria, enquanto Tomás de Aquino (2001, p. 45) defendia a compatibilidade entre fé e razão como pilares da formação integral. A modernidade, ao autonomizar a razão (Descartes, 1999, p. 67; Kant, 1994, p. 112), promoveu a cisão entre filosofia e teologia, mas também gerou uma fragmentação do saber que hoje se revela insuficiente para enfrentar os desafios de sociedades pluralistas.

Nesse horizonte, autores contemporâneos como Ricoeur (2010, p. 27) e MacIntyre (2007, p. 216) defendem que a hermenêutica simbólica e a racionalidade prática podem oferecer recursos decisivos para a formação integral. Habermas (2006, p. 15) acrescenta que em sociedades pós-seculares, a tradução de conteúdos religiosos em linguagem acessível ao espaço democrático é condição para a convivência plural. No Brasil, Saviani (2008, p. 59) e Frigotto (2011, p. 74) sublinham que a educação, enquanto prática social, não pode prescindir de uma reflexão filosófica que dialogue com tradições culturais e religiosas, sob pena de reduzir-se a uma lógica tecnocrática.

Assim, a presente investigação parte da hipótese de que a exclusão sistemática da dimensão teológica empobrece o horizonte educativo, enquanto a reabilitação de um diálogo crítico entre filosofia e teologia pode contribuir para a construção de uma educação integral. Metodologicamente, trata-se de pesquisa bibliográfica de caráter teórico-analítico, articulando autores clássicos e contemporâneos, com o objetivo de avaliar em que medida esse diálogo pode enriquecer a formação humana em sociedades secularizadas e pós-seculares.

FUNDAMENTOS HISTÓRICOS DA RELAÇÃO ENTRE FILOSOFIA, TEOLOGIA E EDUCAÇÃO

A compreensão da relação entre filosofia, teologia e educação exige um retorno às suas raízes históricas, pois desde a Antiguidade clássica esses campos se entrelaçam na constituição dos fundamentos da formação humana. Platão, em sua obra *A República*, concebe a educação como processo de ascensão da alma em direção ao mundo das ideias, articulando conhecimento,

ética e política (Platão, 2000, p. 152). Aristóteles, por sua vez, em *Política*, enfatiza a educação como prática voltada para a formação da virtude e da cidadania, destacando que a *paideia* deve integrar dimensões intelectuais e morais (Aristóteles, 1998, p. 87). Nesse horizonte, filosofia e educação aparecem como inseparáveis, orientadas pela busca da verdade e pela realização do bem comum.

Com o advento do cristianismo, a Patrística inaugura uma nova etapa na relação entre filosofia e teologia. Agostinho (1999, p. 87), em *Confissões*, interpreta a educação como caminho de interioridade e de encontro com Deus, articulando razão e fé em uma síntese que valoriza tanto a busca filosófica quanto a revelação teológica. Para ele, a verdadeira sabedoria não se limita ao exercício racional, mas encontra sua plenitude na abertura ao transcendente. Essa perspectiva inaugura uma tradição em que a teologia assume papel central na formação, sem abandonar o diálogo com a filosofia.

Na Idade Média, a Escolástica consolida essa articulação, tendo em Tomás de Aquino um de seus expoentes. Em sua *Suma Teológica*, Aquino (2001, p. 45) defende que a razão e a fé não se contradizem, mas se complementam, sendo a filosofia instrumento para a sistematização da teologia. A educação, nesse contexto, é concebida como processo de integração entre saber racional e saber revelado, orientado para a formação integral do ser humano. Como observa Marrou (1990, p. 112), a tradição escolástica estabeleceu um modelo educativo que perdurou por séculos, no qual filosofia e teologia se entrelaçavam na tarefa de transmitir cultura e valores.

Esse percurso histórico evidencia que a cisão moderna entre filosofia e teologia não corresponde à totalidade da tradição ocidental. Ao contrário, durante séculos, ambas caminharam juntas na construção

de modelos educativos que buscavam integrar racionalidade, ética e transcendência. A compreensão desses fundamentos históricos é essencial para contextualizar os debates contemporâneos sobre secularização e para avaliar em que medida o diálogo entre filosofia e teologia pode contribuir para a reconfiguração do horizonte educativo em sociedades pluralistas.

SECULARIZAÇÃO E RECONFIGURAÇÃO DO HORIZONTE EDUCATIVO

A secularização constitui um dos conceitos mais debatidos nas ciências humanas e sociais, sendo compreendida não apenas como o declínio da religião, mas como um processo de transformação estrutural das condições de crença e das formas de racionalidade que orientam a vida coletiva. Na formulação clássica, a secularização foi associada ao enfraquecimento das instituições religiosas e à perda de centralidade da fé na organização social (Berger, 1967, p. 107). Contudo, interpretações mais recentes, como a de Charles Taylor (2007, p. 2), deslocam o foco para a pluralização dos horizontes de sentido, em que a religião não desaparece, mas perde o estatuto de referência normativa universal, abrindo espaço para múltiplas formas de crença e descrença.

Max Weber (2004, p. 88) descreve esse processo como “desencantamento do mundo”, expressão que sintetiza a substituição das explicações mágico-religiosas por interpretações racionais e científicas. O desencantamento, entretanto, não implica apenas a racionalização da vida social, mas também a emergência de novas tensões entre tradição e modernidade, especialmente no campo educativo. A educação, nesse contexto, passa a ser orientada por critérios de eficiência, mensuração e utilidade, configurando-se

como preparação instrumental para o mercado de trabalho e reduzindo-se frequentemente a uma lógica de competências (Ball, 2003, p. 45).

Essa redução da formação humana a parâmetros econômicos é alvo de críticas contundentes. Hannah Arendt (2005, p. 223) argumenta que a crise da educação decorre da perda de referenciais de autoridade e tradição, elementos indispensáveis para a transmissão cultural e para a manutenção de um espaço público de diálogo intergeracional. Martha Nussbaum (2010, p. 23), por sua vez, alerta para os riscos de uma educação orientada exclusivamente por critérios mercadológicos, em detrimento das humanidades, o que compromete a formação de cidadãos críticos e sensíveis às questões éticas e sociais. Nesse mesmo sentido, Habermas (2012, p. 34) enfatiza que a secularização não elimina a relevância das tradições religiosas e culturais, mas exige sua tradução em uma linguagem acessível ao espaço público democrático.

Assim, a secularização, ao mesmo tempo em que amplia a liberdade de pensamento e a autonomia individual, gera desafios significativos para a construção de um projeto educativo capaz de responder às dimensões mais profundas da existência humana. A reconfiguração do horizonte educativo demanda, portanto, uma articulação entre racionalidade instrumental e racionalidade comunicativa, de modo a evitar que a formação se restrinja a um adestramento técnico e abra espaço para o cultivo da imaginação, da ética e da cidadania. Nesse sentido, a educação secularizada não deve ser compreendida como mera neutralização da religião, mas como oportunidade de repensar os fundamentos da transmissão cultural e da formação humana em sociedades pluralistas.

SECULARIZAÇÃO E DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS DA EDUCAÇÃO NO CONTEXTO BRASILEIRO E LUSÓFONO

A secularização, ao ser compreendida como processo histórico de deslocamento das referências religiosas para horizontes plurais de racionalidade, não pode ser analisada apenas em sua dimensão europeia ou norte-americana. No contexto latino-americano e lusófono, tal fenômeno assume contornos específicos, atravessados por dinâmicas coloniais, pela presença marcante do catolicismo e, mais recentemente, pela expansão de movimentos religiosos pentecostais e neopentecostais. José Casanova (1994, p. 211) argumenta que a secularização não deve ser entendida como simples privatização da religião, mas como sua reconfiguração no espaço público, em que práticas religiosas continuam a exercer influência significativa sobre a vida social e política. Essa perspectiva é particularmente relevante para compreender o campo educativo, em que a tensão entre tradição e modernidade se manifesta de forma aguda.

Boaventura de Sousa Santos (2007, p. 45) enfatiza que a modernidade ocidental, ao impor uma racionalidade instrumental e monocultural, produziu uma “epistemologia do Norte” que marginaliza saberes alternativos e modos de vida não hegemônicos. No campo educacional, isso se traduz na predominância de modelos tecnocráticos e mercadológicos, que reduzem a formação humana a parâmetros de produtividade e competitividade. Tal diagnóstico converge com as críticas de Nussbaum (2010, p. 23), ao alertar para o empobrecimento das humanidades e para a perda da dimensão ética e estética da educação. No Brasil, autores como Paulo Freire (1996, p. 32) já haviam denunciado a tendência de transformar a educação em mera adaptação ao sistema, defendendo, em

contrapartida, uma pedagogia crítica voltada para a emancipação e para a construção de sujeitos históricos.

Nesse sentido, a secularização, longe de significar neutralização da religião, implica a necessidade de repensar os fundamentos da transmissão cultural e da formação cidadã em sociedades marcadas pela pluralidade de crenças e pela diversidade cultural. Habermas (2012, p. 34) sugere que a tradução de conteúdos religiosos em linguagem secular é condição para a convivência democrática, mas tal tradução não pode significar apagamento das tradições, e sim sua reelaboração em diálogo com outras formas de racionalidade. No Brasil, a presença de movimentos sociais que reivindicam uma educação intercultural e inclusiva, como os povos indígenas e comunidades afrodescendentes, evidencia que a secularização deve ser compreendida também como abertura para múltiplos horizontes epistemológicos (Santos, 2010, p. 78).

Assim, a reconfiguração do horizonte educativo em sociedades secularizadas exige uma articulação entre racionalidade científica, saberes tradicionais e valores éticos, de modo a evitar tanto a tecnocratização da educação quanto sua captura por discursos dogmáticos. Trata-se de construir um projeto educativo que reconheça a pluralidade cultural e religiosa, mas que, ao mesmo tempo, preserve o compromisso com a formação crítica e emancipatória. A secularização, nesse contexto, não é apenas um desafio, mas uma oportunidade para repensar a educação como prática social voltada para a dignidade humana e para a construção de sociedades mais justas e democráticas.

EPISTEMOLOGIAS CRÍTICAS E EDUCAÇÃO EM SOCIEDADES PLURALISTAS

A reflexão sobre a educação em contextos secularizados não pode prescindir de uma análise das epistemologias críticas e interculturais que emergem como alternativas à racionalidade moderna hegemônica. Enrique Dussel (2005, p. 64), ao propor uma filosofia da libertação, denuncia a colonialidade do saber e sustenta que a educação, quando orientada exclusivamente por paradigmas eurocêntricos, reproduz formas de dominação cultural e epistemológica. Para o autor, é necessário construir uma pedagogia que reconheça os saberes subalternizados e que se abra ao diálogo com as experiências históricas dos povos latino-americanos, indígenas e afrodescendentes, de modo a promover uma formação verdadeiramente emancipatória.

Nesse mesmo horizonte, Boaventura de Sousa Santos (2010, p. 78) desenvolve a noção de “ecologia de saberes”, que busca superar a monocultura da ciência moderna e valorizar a diversidade epistemológica. Para Santos, a educação deve ser concebida como espaço de tradução intercultural, em que diferentes racionalidades — científicas, filosóficas, religiosas e populares — possam dialogar em pé de igualdade. Essa perspectiva é particularmente relevante em sociedades pluralistas, nas quais a exclusão de saberes não hegemônicos compromete a construção de uma democracia substantiva e limita a formação integral dos sujeitos.

Catherine Walsh (2009, p. 34), por sua vez, enfatiza a importância da interculturalidade crítica como projeto político-pedagógico. Para a autora, não se trata apenas de reconhecer a diversidade cultural, mas de problematizar as relações de poder que estruturam a produção e a circulação do conhecimento. A educação intercultural, nesse sentido, deve promover práticas pedagógicas que questionem a colonialidade e que possibilitem a emergência de novas formas de

pensar e viver, orientadas pela justiça social e pela dignidade humana.

A incorporação dessas epistemologias críticas ao debate educacional amplia o horizonte da formação, permitindo que filosofia e teologia dialoguem com saberes historicamente marginalizados. Em sociedades secularizadas e pluralistas, tal integração é fundamental para evitar que a educação se restrinja à racionalidade instrumental e para garantir que ela se constitua como prática social voltada à emancipação, à cidadania e ao reconhecimento da alteridade. Assim, a educação se torna não apenas um espaço de transmissão de conteúdos, mas um campo de resistência e de criação de novos paradigmas de convivência democrática.

FILOSOFIA E TEOLOGIA: TENSÕES E POSSIBILIDADES

A relação entre filosofia e teologia, desde suas origens, é marcada por tensões constitutivas e possibilidades de diálogo fecundo. Na tradição medieval, ambas se encontravam profundamente articuladas, como se observa na obra de Tomás de Aquino (2001, p. 45), que buscou harmonizar razão e fé por meio da síntese escolástica. A filosofia, nesse contexto, funcionava como *ancilla theologiae*, isto é, serva da teologia, fornecendo instrumentos conceituais para a elaboração sistemática da doutrina cristã. Contudo, a modernidade inaugura um movimento de autonomização da razão, especialmente a partir de Descartes (1999, p. 67), que estabelece a dúvida metódica como fundamento do conhecimento, culminando na separação entre os dois campos e na afirmação da filosofia como disciplina autônoma.

Essa separação, embora tenha contribuído para o desenvolvimento científico e para a consolidação da racionalidade moderna, também gerou uma fragmentação do saber, dificultando a integração entre diferentes formas de racionalidade. Kant (1994, p. 112), ao delimitar os limites da razão pura, reforça essa cisão ao afirmar que a teologia deve se restringir ao campo da razão prática, enquanto a filosofia se ocupa da crítica das faculdades cognitivas. No contexto contemporâneo, essa fragmentação se manifesta na dificuldade de articular discursos científicos, filosóficos e religiosos em um horizonte comum de sentido.

Habermas (2006, p. 15) propõe a noção de sociedade pós-secular, na qual se reconhece que as tradições religiosas continuam a desempenhar um papel relevante na esfera pública. Para o autor, o desafio consiste em traduzir conteúdos religiosos em uma linguagem acessível ao debate democrático, sem que isso implique sua completa neutralização. Essa perspectiva abre espaço para uma interlocução entre filosofia e teologia, em que ambas podem contribuir para a construção de uma racionalidade comunicativa orientada pelo reconhecimento mútuo. Ricoeur (2010, p. 27), por sua vez, sugere que a linguagem simbólica da religião possui um potencial hermenêutico capaz de enriquecer a compreensão da existência, permitindo superar a oposição rígida entre fé e razão e reconhecendo a complementaridade entre diferentes formas de conhecimento.

No contexto brasileiro, autores como Dermeval Saviani (2008, p. 59) e Gaudêncio Frigotto (2011, p. 74) ressaltam que a educação, enquanto prática social, não pode prescindir de uma reflexão filosófica que dialogue com as tradições religiosas e culturais, sob pena de reduzir-se a uma lógica instrumental. Essa crítica converge com a posição

de Boaventura de Sousa Santos (2010, p. 78), ao defender uma ecologia de saberes que reconheça a legitimidade de diferentes racionalidades, incluindo a teológica, como forma de resistência à monocultura da ciência moderna. Nesse sentido, o diálogo entre filosofia e teologia não deve ser entendido como fusão acrítica, mas como interlocução produtiva entre perspectivas distintas, capazes de iluminar dimensões éticas, existenciais e sociais da vida humana.

Assim, a tensão histórica entre filosofia e teologia, longe de ser um obstáculo, pode ser reinterpretada como possibilidade de enriquecimento mútuo. A filosofia, ao problematizar os fundamentos da racionalidade, e a teologia, ao oferecer horizontes de sentido simbólico e transcendente, podem contribuir conjuntamente para a construção de um saber mais integrado, capaz de responder aos desafios de sociedades pluralistas e pós-seculares. Trata-se, portanto, de reconhecer que a fragmentação moderna do saber exige hoje uma rearticulação dialógica, em que fé e razão se encontram não em oposição, mas em complementaridade crítica.

IMPLICAÇÕES PARA A EDUCAÇÃO

No campo educacional, a reabilitação do diálogo entre filosofia e teologia implica uma revisão profunda dos fundamentos da formação, deslocando o foco de uma concepção restrita à aquisição de competências técnicas para uma abordagem que considere a formação integral do sujeito. A modernidade, ao enfatizar a racionalidade instrumental, produziu uma visão reducionista da educação, frequentemente orientada por critérios de eficiência e produtividade (Ball, 2003, p. 45). Contudo, autores contemporâneos têm insistido na necessidade de recuperar dimensões éticas,

culturais e espirituais da formação, de modo a evitar que a educação se converta em mera adaptação ao mercado.

MacIntyre (2007, p. 216) destaca a importância das tradições na constituição da racionalidade prática, indicando que a formação moral não pode ser compreendida fora de contextos históricos e culturais específicos. Nesse sentido, a teologia, ao oferecer horizontes de sentido e valores transcendentais, pode contribuir para a compreensão das finalidades da educação, ampliando sua dimensão ética e comunitária. Bento XVI (2009, p. 54), ao propor a noção de “razão ampliada”, argumenta que a exclusão do religioso empobrece o horizonte do conhecimento, pois reduz a racionalidade humana a uma lógica meramente técnica. A educação, portanto, pode se beneficiar da integração de diferentes saberes, desde que respeitada a autonomia de cada campo, promovendo uma complementaridade crítica entre filosofia e teologia.

Do ponto de vista pedagógico, essa integração implica promover práticas que valorizem o diálogo, a reflexão crítica e a abertura à alteridade. Paulo Freire (1996, p. 32) já havia sublinhado que a educação não pode se restringir à transmissão de conteúdos, mas deve ser concebida como prática de liberdade, capaz de formar sujeitos históricos conscientes de sua inserção no mundo. Nesse horizonte, a filosofia contribui para o exercício da crítica e da problematização, enquanto a teologia oferece recursos simbólicos e éticos que enriquecem a compreensão da existência. Boaventura de Sousa Santos (2010, p. 78) reforça essa perspectiva ao defender uma ecologia de saberes, na qual diferentes racionalidades — científicas, filosóficas e religiosas — dialogam em pé de igualdade, evitando a monocultura da razão moderna.

Assim, as implicações para a educação derivadas do diálogo entre filosofia e teologia apontam para a necessidade de uma formação integral, que articule dimensões cognitivas, éticas e espirituais. Trata-se de superar a fragmentação moderna do saber e construir um projeto educativo capaz de responder às exigências de sociedades pluralistas e pós-seculares, em que a convivência democrática depende da valorização da diversidade de saberes e da abertura ao outro. A educação, nesse sentido, não é apenas preparação técnica, mas espaço de cultivo da humanidade, da cidadania e da transcendência.

EDUCAÇÃO, ÉTICA E CIDADANIA EM CONTEXTOS SECULARIZADOS

A educação em sociedades secularizadas enfrenta o desafio de articular a formação técnica com dimensões éticas e cidadãs, evitando que o processo educativo se reduza a uma lógica instrumental. Nesse horizonte, o diálogo entre filosofia e teologia pode oferecer contribuições decisivas, ao ampliar o campo da racionalidade e ao recolocar em pauta questões relativas ao sentido da existência e à convivência democrática. Hannah Arendt (2005, p. 223), ao refletir sobre a crise da educação, sublinha que a perda de referenciais de autoridade e tradição compromete a transmissão cultural e fragiliza a formação de sujeitos capazes de participar criticamente da vida pública. Para a autora, a educação deve ser compreendida como espaço de iniciação ao mundo comum, em que ética e cidadania se entrelaçam na tarefa de preservar e renovar a cultura.

Martha Nussbaum (2010, p. 23) reforça essa perspectiva ao argumentar que uma educação orientada exclusivamente por

critérios econômicos compromete a formação de cidadãos críticos e sensíveis às questões humanas. Para ela, as humanidades desempenham papel insubstituível na construção da empatia e da imaginação moral, elementos fundamentais para a vida democrática. Nesse sentido, a exclusão da dimensão ética e cultural em favor de uma racionalidade técnica empobrece o horizonte educativo e fragiliza a cidadania.

Claude Lefort (1986, p. 45), ao analisar a democracia como espaço de indeterminação e de abertura, destaca que a cidadania não pode ser reduzida a um conjunto de competências formais, mas exige a formação de sujeitos capazes de lidar com a pluralidade e com a ausência de fundamentos absolutos. A educação, nesse contexto, deve preparar os indivíduos para viver em sociedades marcadas pela diversidade cultural e religiosa, promovendo práticas pedagógicas que valorizem o diálogo, a alteridade e a responsabilidade ética.

Assim, em contextos secularizados, a articulação entre filosofia e teologia pode enriquecer a formação ética e cidadã, ao oferecer recursos simbólicos e conceituais que ampliam a compreensão da vida em comum. Trata-se de superar a fragmentação moderna do saber e de construir uma educação integral, capaz de responder às exigências de sociedades pluralistas e pós-seculares. A ética e a cidadania, nesse horizonte, não são dimensões acessórias, mas constitutivas da própria tarefa educativa, que deve formar sujeitos críticos, responsáveis e abertos ao outro.

DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

Entre os principais desafios contemporâneos, destaca-se a interpretação restritiva da laicidade, que frequentemente resulta na

exclusão do discurso religioso do espaço educacional. Tal perspectiva, ao reduzir a laicidade a uma neutralização absoluta das tradições religiosas, ignora sua dimensão mais ampla como condição de coexistência plural. Habermas (2006, p. 23) argumenta que a laicidade deve ser compreendida não como exclusão, mas como possibilidade de convivência entre diferentes racionalidades, em que conteúdos religiosos podem ser traduzidos em linguagem acessível ao debate público sem perder sua densidade simbólica. Essa compreensão amplia o horizonte democrático e evita que a escola se torne um espaço de silenciamento cultural.

Outro desafio refere-se à formação de professores, que muitas vezes não estão preparados para lidar com a diversidade de visões de mundo presentes na sala de aula. A pluralidade religiosa e cultural exige uma formação docente que inclua competências hermenêuticas e interculturais, capazes de promover o diálogo e a mediação de conflitos. Paulo Freire (1996, p. 32) já advertia que o educador não pode se limitar a transmitir conteúdos, mas deve assumir uma postura crítica e dialógica, reconhecendo o estudante como sujeito histórico. Nesse sentido, Dermeval Saviani (2008, p. 59) enfatiza que a formação docente deve estar vinculada a uma concepção de educação como prática social, articulando teoria e prática em um horizonte emancipatório. Gaudêncio Frigotto (2011, p. 74) complementa ao afirmar que a ausência de preparo para lidar com a diversidade reforça a tendência de tecnocratização da educação, reduzindo-a a mera instrução.

Além disso, a fragmentação do conhecimento constitui um obstáculo significativo para a construção de uma visão integrada da realidade. A especialização excessiva, característica da modernidade tardia, dificulta a articulação entre diferentes áreas do saber e

compromete a formação integral. Boaventura de Sousa Santos (2010, p. 78) propõe a ideia de uma “ecologia de saberes”, na qual diferentes racionalidades — científicas, filosóficas, religiosas e populares — dialogam em pé de igualdade, evitando a monocultura da ciência moderna. Essa perspectiva converge com a noção de interdisciplinaridade defendida por Edgar Morin (2000, p. 34), que sublinha a necessidade de superar a compartimentalização do saber e promover uma educação capaz de enfrentar a complexidade da realidade contemporânea.

Assim, os desafios contemporâneos da educação em sociedades pós-seculares não se limitam à gestão da diversidade cultural e religiosa, mas envolvem também a superação da fragmentação epistemológica e a construção de práticas pedagógicas que valorizem o diálogo, a reflexão crítica e a abertura à alteridade. Trata-se de repensar a escola como espaço público plural, em que filosofia e teologia, ciência e cultura, possam contribuir conjuntamente para a formação integral do sujeito e para a consolidação de uma democracia inclusiva.

POLÍTICAS EDUCACIONAIS E LAICIDADE NO BRASIL

A laicidade, enquanto princípio estruturante do Estado moderno, constitui elemento central para compreender as tensões que permeiam as políticas educacionais brasileiras. Desde a Constituição de 1988, o Brasil se afirma como Estado laico, garantindo a liberdade religiosa e, simultaneamente, a neutralidade estatal diante das diversas crenças (Cunha, 2013, p. 56). No entanto, a materialização desse princípio no campo educacional revela ambiguidades, sobretudo quando se observa a legislação referente ao ensino

religioso e a formulação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

O ensino religioso, previsto no artigo 210 da Constituição Federal e regulamentado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), é facultativo, mas sua presença nas escolas públicas suscita debates sobre a efetiva separação entre Estado e religião. Saviani (2008, p. 59) destaca que a inserção do ensino religioso no currículo tensiona o princípio da laicidade, uma vez que abre espaço para disputas entre diferentes tradições religiosas e para a possibilidade de hegemonia de determinadas confissões. Essa situação evidencia o paradoxo entre a busca por neutralidade e o reconhecimento da diversidade cultural e religiosa.

A BNCC, por sua vez, ao enfatizar a valorização da pluralidade cultural, procura contemplar a diversidade religiosa como parte integrante da formação cidadã. Contudo, Frigotto (2011, p. 74) argumenta que tal reconhecimento, se não acompanhado de uma clara demarcação da laicidade, pode resultar em práticas pedagógicas que reforçam desigualdades simbólicas e reproduzem hierarquias religiosas. A tensão entre neutralidade e diversidade, portanto, não se resolve apenas pela inclusão formal de conteúdos, mas exige uma política educacional que assegure condições equitativas de expressão e respeito às diferentes crenças, sem comprometer o caráter laico da escola pública.

Nesse sentido, a análise das políticas educacionais brasileiras revela que a laicidade não se configura como um dado estático, mas como um campo de disputa permanente. A presença do ensino religioso nas escolas públicas, a formulação da BNCC e os debates legislativos em torno da temática demonstram que a laicidade é

constantemente reinterpretada, ora como neutralidade absoluta, ora como reconhecimento da diversidade. O desafio contemporâneo consiste em construir políticas que conciliem esses dois polos, evitando tanto a imposição de uma visão religiosa majoritária quanto a invisibilização das múltiplas tradições culturais que compõem a sociedade brasileira.

PERSPECTIVAS FUTURAS: EDUCAÇÃO INTEGRAL EM SOCIEDADES PÓS-SEculares

A emergência das sociedades pós-seculares, conceito amplamente discutido por Habermas (2012, p. 34), coloca em evidência a necessidade de repensar os fundamentos da educação integral. Em tais contextos, a secularização não implica o desaparecimento da religião, mas a sua convivência com outras formas de racionalidade, como a ciência e a filosofia, em um espaço público pluralista. A educação, nesse cenário, deve ser concebida como prática formativa capaz de articular diferentes dimensões do saber, sem reduzir a complexidade da experiência humana a um único paradigma epistemológico.

Taylor (2007, p. 3) argumenta que a modernidade tardia é marcada por uma “constelação de significados” em que múltiplas visões de mundo coexistem e disputam legitimidade. Essa pluralidade exige que a escola se torne um espaço de diálogo, em que o conhecimento científico, a reflexão filosófica e a tradição teológica possam ser mobilizados de forma crítica e complementar. Trata-se de superar a dicotomia entre racionalidade secular e experiência religiosa, reconhecendo que ambas podem contribuir para a formação integral do sujeito.

Nesse horizonte, Bento XVI (2009, p. 54) enfatiza que a educação integral não pode prescindir da dimensão espiritual, sob pena de reduzir o ser humano a um mero agente técnico ou econômico. A proposta de uma educação que articule ciência, filosofia e teologia não significa a imposição de uma visão confessional, mas a abertura para uma compreensão mais ampla da condição humana, capaz de integrar razão e transcendência. Essa perspectiva se mostra particularmente relevante em sociedades pós-seculares, nas quais a diversidade cultural e religiosa é constitutiva da vida pública.

Portanto, as políticas educacionais futuras devem ser orientadas por uma concepção de integralidade que reconheça a interdependência entre diferentes formas de saber. A escola, como instituição social, precisa assumir o papel de mediadora entre racionalidades diversas, promovendo uma formação que capacite os sujeitos a lidar com a complexidade do mundo contemporâneo. O desafio consiste em construir uma educação que não apenas transmita conteúdos, mas que fomente a capacidade crítica, o diálogo intercultural e a abertura ao transcendente, elementos indispensáveis para sociedades que se reconhecem como pós-seculares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo deste artigo evidencia que a educação em contextos secularizados enfrenta desafios que transcendem a mera neutralização da religião no espaço público. A secularização, compreendida como pluralização das condições de crença e reorganização das formas de racionalidade (Taylor, 2007, p. 3; Habermas, 2012, p. 34), não elimina a relevância das tradições religiosas, mas exige sua tradução crítica em linguagem acessível ao debate democrático. Nesse horizonte, o diálogo entre filosofia e

teologia, longe de representar um anacronismo, emerge como possibilidade fecunda para ampliar o horizonte formativo e superar a fragmentação moderna do saber.

Autores como Ricoeur (2010, p. 27) e MacIntyre (2007, p. 216) demonstram que a racionalidade prática e a hermenêutica simbólica podem enriquecer a compreensão da existência, oferecendo recursos para uma educação integral. Bento XVI (2009, p. 54) reforça que a exclusão da dimensão espiritual empobrece a racionalidade humana, reduzindo-a a uma lógica meramente técnica. No contexto brasileiro, Saviani (2008, p. 59) e Frigotto (2011, p. 74) alertam para os riscos da tecnocratização da educação e para a necessidade de uma prática pedagógica que articule ciência, filosofia e teologia em diálogo com a diversidade cultural e religiosa.

Assim, as perspectivas futuras apontam para a construção de uma educação integral em sociedades pós-seculares, capaz de articular racionalidade científica, reflexão filosófica e horizonte teológico, sem hierarquizar ou excluir dimensões constitutivas da experiência humana. Trata-se de promover uma ecologia de saberes (Santos, 2010, p. 78), em que diferentes racionalidades dialoguem em pé de igualdade, contribuindo para a formação de sujeitos críticos, éticos e abertos à alteridade. A educação, nesse sentido, deve ser compreendida como prática social voltada não apenas para a transmissão de conteúdos, mas para a construção de uma cidadania democrática e inclusiva, capaz de enfrentar os desafios de sociedades pluralistas e pós-seculares.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGOSTINHO, Santo. **Confissões**. São Paulo: Paulus, 1999.

AQUINO, Tomás de. **Suma teológica**. São Paulo: Loyola, 2001.

ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

ARISTÓTELES. **Política**. Brasília: Editora UnB, 1998.

BALL, Stephen. **Education policy and social class: the selected works**. London: Routledge, 2003.

BALL, Stephen. **Education policy: globalisation, citizenship and democracy**. London: Routledge, 2003.

BENTO XVI. **Caritas in veritate**. São Paulo: Paulinas, 2009.

BENTO XVI. **Fé, razão e universidade: lembranças e reflexões**. São Paulo: Paulinas, 2009.

BERGER, Peter. **The sacred canopy: elements of a sociological theory of religion**. New York: Anchor Books, 1967.

CASANOVA, José. **Public religions in the modern world**. Chicago: University of Chicago Press, 1994.

CUNHA, Luiz Antônio. **Educação, Estado e laicidade no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2013.

DESCARTES, René. **Meditações metafísicas**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

DUSSEL, Enrique. **Filosofia da libertação: crítica à ideologia da exclusão**. São Paulo: Paulus, 2005.

DUSSEL, Enrique. **Filosofia da libertação**. São Paulo: Loyola, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva**. São Paulo: Cortez, 2011.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e crise do capitalismo real**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

HABERMAS, Jürgen. **Entre naturalismo e religião**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2006.

HABERMAS, Jürgen. **Entre naturalismo e religião: estudos filosóficos**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2012.

HABERMAS, Jürgen. **Entre naturalismo e religião**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2006.

HABERMAS, Jürgen. **Entre naturalismo e religião**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

KANT, Immanuel. **Crítica da razão pura**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1994.

LEFORT, Claude. **A invenção democrática: os limites da dominação totalitária**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MACINTYRE, Alasdair. **After virtue: a study in moral theory**. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 2007.

MACINTYRE, Alasdair. **Depois da virtude**. Bauru: EDUSC, 2007.

MARROU, Henri-Irénée. **História da educação na Antiguidade**. São Paulo: EPU, 1990.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez, 2000.

NUSSBAUM, Martha. **Not for profit: why democracy needs the humanities**. Princeton: Princeton University Press, 2010.

NUSSBAUM, Martha. **Sem fins lucrativos: por que a democracia precisa das humanidades**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

PLATÃO. **A República**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.

PLATÃO. **A República**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

RICOEUR, Paul. **A simbólica do mal**. Lisboa: Edições 70, 2010.

RICOEUR, Paul. **A simbólica do mal**. Petrópolis: Vozes, 2010.

RICOEUR, Paul. **A simbólica do mal**. São Paulo: Loyola, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. São Paulo: Cortez, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes**. São Paulo: Cortez, 2010.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia.** Campinas: Autores Associados, 2008.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil.** Campinas: Autores Associados, 2008.

TAYLOR, Charles. **A secular age.** Cambridge: Harvard University Press, 2007.

TAYLOR, Charles. **A era secular.** São Leopoldo: Unisinos, 2007.

WALSH, Catherine. **Interculturalidad, Estado, sociedad: luchas (de)coloniales de nuestra época.** Quito: Abya-Yala, 2009.

WALSH, Catherine. **Interculturalidad, Estado, sociedad.** Quito: Abya-Yala, 2009.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WEBER, Max. **Ensaio de sociologia.** Rio de Janeiro: LTC, 2004.

¹ Doutor em Ciências da Linguagem. Universidade do Vale do Sapucaí. E-mail: rodrigorios.adv@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9397-1399>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4212680724753782>

² Doutor em Psicologia Clínica. Universidade do Vale do Sapucaí. E-mail: fabio.rezeck@uol.com.br. ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-4092-2073>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1527833131312044>

